

A revista dos alunos do Instituto Rio Branco

## NESTA EDIÇÃO:

### **DOSSIÊ**

**Política externa e  
redemocratização:**

com a palavra, os Presidentes

**Patriota**, um perfil pessoal

**A pena e a renda:**

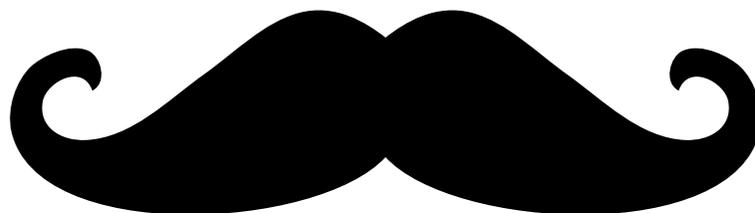
literatura e diplomacia

**Mulheres no Itamaraty  
de antanho**

**Os rubricões da Rio+20**

**Memórias de além-túmulo:**

o Barão, redivivo





**A história da diplomacia brasileira está repleta de ideias absurdas.** Ou, ao menos, de ideias que, em sua origem, foram vistas como absurdas. A começar pelo insólito de um país com mais de 15 mil quilômetros de fronteiras e dez vizinhos não ter desentendimentos fronteiriços há mais de cem anos. A esse despropósito fundamental – resultado do trabalho sem precedentes do Chanceler que dá nome a esta revista e ao Instituto que a publica – seguiram-se muitos outros, que o leitor da JUCA há de identificar sem grande esforço: a política externa independente, a barganha pendular do entreguerras, a integração sul-americana, a projeção do Brasil como ator global na última década, etc, etc.

Não deve causar surpresa, portanto, que ideias e empreitadas invulgares transbordem das páginas da JUCA 6. Trata-se de um projeto improvável, que dá continuidade, com a mão de obra de 26 alunos-diplomatas, a uma iniciativa nascida junto com as “turmas de cem” do Instituto Rio Branco. Igualmente pouco factível desenhava-se a pauta de nosso dossiê – a seção da JUCA que, em cinco edições, consolidou-se como espaço privilegiado para a publicação de coleções de fôlego sobre os mais variados temas: lançamo-nos à quixotesca tarefa de conversar sobre política externa com todos os ex-Presidentes da República vivos – e, acreditem, conseguimos.

Como o leitor da JUCA 6 comprovará nas páginas que seguem, cada um dos mandatários entrevistados contribuiu com seu quinhão de aparentes despautérios para a projeção internacional do Brasil: Sarney e a aproximação nuclear com a Argentina, Collor e a consolidação dos temas ambientais em nossa agenda internacional, Fernando Henrique Cardoso e a integração sul-americana, Lula e a expansão de nossas responsabilidades globais. O ímpeto inovador que espelha nossa melhor tradição diplomática subjaz a todas as grandes iniciativas internacionais desses governos – iniciativas que, no princípio, encontraram consideráveis doses de ceticismo.

Há muitas outras ideias disparatadas nessa JUCA 6. Thereza Quintella e Maria Rosita de Aguiar Pedroso, por exemplo, ousaram perturbar a sagrada masculinidade do Itamaraty dos anos 1950 e tornaram-se objeto de uma matéria paternalista e condescendente de uma revista feminina, como relata Natália Shimada em “Intrusas no lago dos cisnes”; no mundo das letras, toda uma geração de diplomatas escritores propõe-se ao sobre-humano ofício de produzir literatura de altíssima qualidade em meio à frenética rotina diplomática dos dias atuais, como revelam João Bayão, João Maranhão e Pedro Gomides em “O nomadismo da letra”; de volta ao campo diplomático, o Embaixador Luiz Alberto Figueiredo e o Ministro Laudemar Aguiar encontraram obstáculos titânicos para negociar e organizar a colossal conferência Rio+20, como demonstram Gustavo Machala e Jaçanã Ribeiro em “Os legados da Rio+20”.

Em seu derradeiro desatino, a JUCA desfrutou do privilégio de conversar por cerca de uma hora com o Ministro de Estado Antonio de Aguiar Patriota e não abordou temas de política externa. Foi uma escolha consciente, com o objetivo de desvelar uma faceta pouco conhecida de um diplomata cujas ideias e credenciais no âmbito profissional não carecem de complementação.

Eis, portanto, a JUCA 6. Nosso desejo sincero é que o leitor desfrute desse apanhado de textos plurais e inquietos com o mesmo espírito que animou sua confecção: desarrazoadamente.

memória diplomática

N.º 28 • 1959 • PREÇO Cr\$ 25,00

# Lady

A COMPANHEIRA DA MULHER

**Mulheres agora podem  
entrar no Itamarati**

**Os grandes amores  
do século**



# Intrusas no lago dos cisnes

**Natália Shimada**

Como uma insólita reportagem lançou-me em uma improvável viagem pelo passado de duas corajosas mulheres no Itamaraty, e o que aprendi no percurso



# ITAMARATI

## aceita mulheres entre os cisnes

*As mulheres na carreira diplomática — Já foi proibido, por decreto, mulher entrar no Itamarati — Atualmente, 4 môças estão jazendo o curso do Instituto Rio Branco*

Um longo corredor, ao lado de um pátio. Depois, o grande Lago dos Cisnes. Outro corredor escuro e apertado, um elevador, terceiro andar. E lá o Instituto Rio Branco, ao lado do Itamarati, nosso Ministério das Relações Exteriores.

O casarão é velho, e tudo está adaptado.

D. Vera, a secretária do Instituto, nos recebe amavelmente, quase diplomáticamente. Serve um café, o café típico do Rio, meio ácido.

Há mulheres no Itamarati, há mulheres na carreira diplomática do Brasil. Mas para que conseguissem um lugar ao sol, na carreira diplomática, tiveram de lutar.

A história é longa. Quando afoitas mulheres brasileiras quiseram penetrar no recinto sagrado do Itamarati, houve resistência, houve debate. A lei que regulamentava a entrada na carreira diplomática exigia dos candidatos a apresentação do Certificado de Serviço Militar, impossível para as mulheres. E era com base nesse detalhe que elas eram impedidas de ser nomeadas para as embaixadas e consulados no Exterior.

Em 1946, a discussão foi dada por encerrada. O Presidente Eurico Gaspar Dutra assinou o Decreto-lei n.º 9.202, junto com João Neves da Fontoura, então Ministro das Relações Exteriores, em que se dizia claramente:

*Logo após as aulas, permanecem na classe, discutindo com o professor algum pormenor ainda não muito bem compreendido. Duas môças no primeiro ano e duas no segundo representam a nota feminina no ambiente austero do Itamarati.*



A edição de junho de 1959 da revista "Lady" parecia estranhamente interessada na possibilidade de diplomatas mulheres conseguirem a introdução de um "fardão" diplomático feminino no vetusto ambiente de trabalho do Itamaraty. "Os homens têm seu uniforme de embaixador, mas as mulheres, não. É preciso

que tenham", defendia a publicação. Hoje, 54 anos depois, o anacrônico fardão não é nem remotamente uma das preocupações das mulheres no Itamaraty. Nas últimas décadas, conquistamos espaço e notoriedade, mas a representatividade feminina na carreira continua relativamente baixa.

## As mulheres entre os cisnes

A inusitada publicação foi parar em nossas mãos por meio de nosso professor de Direito Internacional, Dr. Márcio Garcia – assíduo e curioso frequentador de sebos da capital federal. Na capa, um ektachrome da atriz Tônia Carrero seguido por um título que, hoje, poderia soar algo irônico: “Tônia Carrero, um rosto bonito”.

Entre matérias sobre cuidados com o sol, artigos que prenunciavam os livros de auto-ajuda e dicas sobre moda, encontrava-se a reportagem que chamara a atenção de nosso professor. Uma matéria curta, de quatro páginas ricamente ilustradas por fotografias, sob o título “Itamarati (sic) aceita mulheres entre os cisnes”. O objetivo da matéria era retratar a presença feminina no Ministério das Relações Exteriores, bastante escassa à época. Segundo a revista, havia então apenas 19 mulheres na carreira diplomática.

Além de fazer um breve percorrido pelo histórico de avanços e retrocessos da mulher no Serviço Exterior Brasileiro, a reportagem detinha-se no perfil das únicas quatro “moças” que seguiam os cursos do Instituto Rio Branco. Duas cursavam já o segundo ano - a pernambucana Maria Natividade Duarte Ribeiro e a carioca Anunciata Padula - e as outras duas, Maria Rosita Guliker de Aguiar e Thereza Maria Mendes Machado, ambas cariocas, recém ingressavam na academia diplomática.

O texto tratava das perspectivas para a carreira e da vida pessoal das quatro diplomatas. Destacava o desejo das moças de “sair do Brasil e levar nosso país para bem longe, propagá-lo o máximo possível e, talvez, um dia serem notícia internacional, como foi Claire Boothe Luce (sic)” - política norte-americana e a primeira mulher designada para chefiar uma grande embaixada de seu país, em Roma, durante o governo de Dwight D. Eisenhower, na década de 1950.

**Ao explicar que as moças não poderiam se casar com outro diplomata, a reportagem julga que “essa proibição é lógica”, já que, “sendo ambos de carreira, o que aconteceria se ele fosse nomeado, por exemplo, para o Japão, e ela para a África do Norte (sic)?”**

O periódico também enfatizava a preocupação com a vida amorosa das jovens diplomatas, já que, naquele momento, eram todas solteiras. “Sabem que a escolha de um marido, na sua carreira, é mais difícil. Há de ser um homem que possa acompanhá-las onde (sic) quer que forem”, destaca a revista. “-Um marido pintor, por exemplo, é ideal...”, concluiu uma das entrevistadas. Na época, valia ainda a proibição de casamento entre um diplomata e um funcionário público, que só seria revogada em 1961. Com relação a essa questão, a revista reflete com precisão a mentalidade de seu tempo. Ao explicar que as jovens não poderiam se casar com outro diplomata, a reportagem julga que “essa proibição é lógica”, já que, “sendo ambos de carreira, o que aconteceria se ele fosse nomeado, por exemplo, para o Japão, e ela para a África do Norte (sic)?” Naturalmente, nada havia de lógico nessa proibição – tanto é verdade que, hoje, casamentos entre colegas de profissão não são raros no Itamaraty. O texto afirmava ainda que as jovens dificilmente abandonariam a carreira para se casar com um colega.

Mais de meio século depois da edição nº 28 da revista *Lady*, seria possível investigarmos como cada uma dessas quatro diplomatas conduziu sua carreira na diplomacia? Teriam obtido igual ou ainda maior êxito que a diplomata norte-americana? Como conciliaram a profissão com a vontade de constituir família?

Eu me fazia essas perguntas ao iniciar meu trabalho - sem saber por onde começar. Afinal, como encontraríamos essas diplomatas? Inevitavelmente, todas já estariam aposentadas e talvez, casadas, tivessem adotado um novo sobrenome. O que se seguiu - para a minha sorte, e para a sorte do leitor da *JUCA* - foi uma série de agradáveis coincidências, que permitiram contato pessoal com duas das entrevistadas pela revista *Lady*, Thereza e Rosita.

Logo no início, aprendemos que a Thereza da reportagem era a embaixadora Thereza Maria Machado Quintella, mãe do ministro Ary Quintella - nosso professor no Instituto Rio Branco. Dada essa coincidência, foi-nos possível saber um pouco mais sobre a vida da embaixadora Thereza. Descobrimos, por exemplo, que olhávamos para seu retrato quase diariamente, na antessala do auditório Embaixador João Augusto de Araújo Castro, no Instituto, onde se encontra uma galeria de todos os Diretores-Gerais de nossa academia. Eu sempre prestava bas-

**Foi assim que soubemos que, sim, a embaixadora Thereza havia sido extremamente bem-sucedida em sua carreira - como planejara no dia em que concedera a entrevista, em 1959**

tante atenção nessa fotografia em particular, porque era a única que retratava uma mulher, em meio a mais de uma dezena de fotografias masculinas. Foi assim que soubemos que, sim, a embaixadora Thereza havia sido extremamente bem-sucedida em sua carreira - como planejara no dia em que concedera a entrevista, em 1959.

Rosita teve uma carreira bastante diferente. Pouco tempo depois de entrar para o Itamaraty, apaixonou-se por um colega de profissão, Luiz Villarinho Pedroso, que viria a ser nosso embaixador em Riade e Varsóvia, nos anos 1980 e 1990. Para possibilitar o casamento, Rosita precisou deixar a carreira e, embora tenha sido readmitida alguns anos mais tarde, aposentou-se ainda como Segunda Secretária.

Quando tomei conhecimento de que o desenvolvimento das carreiras das duas - que se iniciaram na mesma data - havia sido tão diferente, senti que precisava descobrir mais sobre a vida dessas diplomatas para entender os motivos e razões dessas diferenças. Senti, ainda, que a história das duas diplomatas estava intrinsecamente ligada à história da mulher no Itamaraty, com seus avanços e retrocessos ao longo das décadas. Eu sabia que tudo isso teria profunda relação com minha própria história. Afinal, também sou diplomata, sou mulher e trabalho em um ambiente ainda predominantemente masculino. Assim como aquelas quatro jovens da reportagem, estou em início de carreira, tenho planos, sonhos e ambições. Era hora de conhecê-las pessoalmente.

## **Percalços na caminhada rumo ao topo**

A embaixadora Thereza Quintella gentilmente recebeu-me em sua casa no Rio de Janeiro, numa manhã de domingo. Logo que entrei, chamou-me a atenção a grande quantidade de móveis e peças decorativas prove-



"Cap. I - Art. 1.º - parágrafo único: No referido concurso e seleção (para ingresso na carreira diplomática), só poderão inscrever-se brasileiros natos, do sexo masculino, e casados, se o forem com mulher brasileira nata."  
 Porém, a luta continuava, atrás dos bastidores.  
 Em 1954, Sandra Cordeiro de Mello presta exame no Itamarati, com um mandado de segurança impetrado. Não é aceita, e levanta um processo. Nessa mesma época, Getúlio Vargas assina o decreto de 18 de janeiro de 1954, sob o número 2.171, rezando assim no seu artigo primeiro:  
 "...Ao ingresso na classe inicial da carreira de Diplomata, são admitidos os brasileiros natos, sem distinção de sexo."

Estava ganha a batalha. Aproveitando-se dela, Sandra Cordeiro de Mello consegue entrar no Itamarati, assim como Yvone Pantoja, que há anos havia prestado os exames. Hoje, ambas são diplomatas de carreira, exercendo suas profissões com eficiência e brilhantismo.  
 Hoje em dia, 19 mulheres exercem funções diplomáticas, servindo em vários países, vencendo mais uma batalha na liberação política da mulher.  
 Atualmente, quatro moças seguem os cursos no Instituto Rio Branco. Duas no primeiro ano e duas no segundo. Maria Natividade Duarte Ribeiro, que é pernambucana mas desde criança vive no Rio, descendente de "senhores de engenho", é a mais falante de todas. Simpática, tendo cursado a Faculdade, seguindo o curso de línguas neolatinas, professora de francês, gostaria, entretanto, de ser

*O ambiente que se procura manter no Instituto Rio Branco é o de máxima cordialidade e união entre os estudantes. Rapazes e moças sentem-se à vontade, no velho casarão da Rua Marechal Floriano, seguindo o curso, durante dois anos.*

nientes das mais variadas partes do mundo. A tapeçaria e as caixinhas russas foram os itens que mais atraíram meus olhares. A embaixadora explicou-me que praticamente tudo o que estava dentro daquela casa havia sido adquirido na Áustria, Rússia e Estados Unidos, países onde estavam localizados os últimos postos em que serviu. Depois de tomarmos juntas um delicioso café da manhã, conversamos durante longo tempo na sala de sua residência, de onde tínhamos uma vista belíssima para a praia de São Conrado.

A embaixadora contou-me que não lia nem conhecia a Revista Lady - até o dia em que o repórter visitou o Instituto Rio Branco. Confessou-me que sentia vergonha da matéria e

que esta foi motivo de piada entre os colegas durante um bom tempo, porque consideravam-na "boba demais". De fato, o tom da reportagem é leve, ingênuo e quase patriarcal. Propositadamente ou não, retrata as alunas como "moças" inocentes, cuja "ideia fixa" era "introduzir o 'fardão' diplomático para as mulheres". Na legenda de uma das fotos, elas são descritas como "confiantes no futuro e na sua carreira, jovens alegres e de sorriso satisfeito". Thereza sequer guardou uma edição da revista Lady. Uma amiga, Alcina Carbonar, mulher do embaixador Orlando Soares Carbonar, guardou um exemplar e, muitos anos depois, por ocasião de uma mudança, presenteou-a com a revista.



*Amanhã estarão estas jovens em qualquer cidade do mundo, representando o Brasil e levando também nossa cota dentro da luta da emancipação da mulher moderna. Este ano, 3 dentre elas são do Rio. Mas há também de outras cidades e Estados, seguindo a carreira diplomática.*

**A embaixadora recorda que as dificuldades começaram logo na primeira escolha de lotação. Thereza foi designada para a área de emissão de passaportes e Rosita, para a consular, que na época “eram as duas divisões menos valorizadas no Itamaraty”**

Naquela época, diferentemente do que ocorre hoje, os alunos do Rio Branco não recebiam remuneração. Entre as quatro diplomatas entrevistadas, Anunciata era a única que recebia bolsa, porque havia deixado o emprego no Ministério do Trabalho para se dedicar ao curso. Da turma de Thereza, apenas dois colegas ganhavam uma “bolsa simbólica”, nas palavras da embaixadora, por serem os únicos que não vinham de uma família carioca. “As pessoas tinham praticamente que apresentar um certificado de indigente para receber a bolsa”, lembra Thereza.

Conversamos longamente sobre a trajetória profissional da embaixadora e sobre os obstáculos por ela encontrados. A princípio, Thereza disse que não havia se dado conta daquilo que identificou como preconceito contra a mulher no Itamaraty. Isso porque o Departamento Político (equivalente ao que hoje é uma Subsecretaria-Geral) era chefiado por uma mulher, da mesma forma que o Rio Branco também era comandado, na prática, por uma ministra, a segunda na hierarquia do Instituto. Para ela, as mulheres tinham um lugar de destaque na carreira.

No entanto, a embaixadora recorda que as dificuldades começaram logo na primeira escolha de lotação. Thereza foi designada para a área de emissão de passaportes e Rosita, para a consular - que, à época, “eram as duas divisões menos valorizadas no Itamaraty”. Se tivesse tido a chance de escolher, teria optado pela Divisão do Pessoal, que acreditava ser uma oportunidade de se fazer conhecida dentro do Ministério, uma vez que não tinha parentes na carreira. Thereza avalia que, naquele momento, o mérito pesou menos que o gênero, já que, ao final do curso no Instituto Rio Branco, havia ficado em sexto lugar em uma turma de 13 pessoas e, mesmo assim, não conseguiu trabalhar com o que queria. Os homens, por sua vez, costumavam ser designados para as áreas políticas e econômicas.

Houve mais uma decepção na primeira remoção, em 1964. Thereza desejava um posto na América do Sul, porque já era casada e o marido não poderia acompanhá-la ao exterior. Assim, as visitas mútuas seriam facilitadas. No entanto, foram-lhe oferecidos postos que considerava de menor prestígio, os consulados em Baía Blanca, na Argentina, e em Valparaíso, no Chile. Preferiu a primeira opção.

Cinco anos depois, na segunda remoção, quando quis sair do país novamente, expôs seu interesse por uma experiência em embaixada, mas somente ofereceram o consulado em Gênova, na Itália. Dessa vez, Thereza conta que resolveu adotar postura mais ativa e empenhou-se para conseguir um posto de seu agrado. Elaborou uma lista de nove postos em que teria interesse em servir e seu chefe à época apresentou-a ao responsável pelas remoções. A lista incluía Nova York, Washington, entre outros. O esforço rendeu frutos e foi removida para Bruxelas, em missão junto à Comunidade Econômica Europeia. Com base nessas primeiras experiências, a embaixadora avalia que, no início de sua carreira, as mulheres sofriam discriminação. “A administração dava um jeito de, sem que a gente percebesse, nos colocar de lado, nos deixando em posições menos relevantes. Quando a gente percebia, estava totalmente fora do *mainstream*”, desabafou. A embaixadora considera, ainda, que outras colegas não tiveram a mesma sorte que ela, “não souberam se impor em um mundo dominado por homens nem souberam demonstrar seu valor profissional”. Conta, por exemplo, que, a uma colega, “pediam que fosse ao banco, para fazer esse tipo de serviço, mesmo com a presença de contínuos na divisão”.

Para sua terceira remoção, Thereza demonstrou interesse em servir na Bacia do Prata, novamente, por questões familiares. Decidiu-se que ela deveria ir para Montevidéu, no Uruguai, onde havia três postos (embaixada, consulado

e missão junto à Associação Latino-Americana de Livre Comércio). Ao designá-la para este último, seus superiores justificaram-se afirmando que ela não poderia ir para nenhum dos outros dois postos, porque já havia uma mulher em cada um – um estranho critério de lotação.

Como se não bastasse a desconfiança vinda dos homens, havia ainda o receio de algumas mulheres em relação a seu trabalho. Esse dado curioso foi retratado pela Secretária Viviane Rios Balbino, em seu livro “Diplomata: substantivo comum de dois gêneros”. Segundo as pesquisas realizadas pela autora, não são raros os casos em que mulheres afirmam preferir trabalhar com chefes homens, em detrimento de chefias do mesmo sexo. Os motivos para essa preferên-



cia variam bastante, mas quase sempre estão relacionados a certos preconceitos de gênero, como, por exemplo, a ideia de que as mulheres seriam menos equilibradas emocionalmente.

Thereza lembra, ainda, que quando já era conselheira e estava de volta ao Brasil, em 1979, e foi convidada para ser chefe da Divisão de Imigração, houve quem duvidasse de sua eficiência no cargo, já que deveria estar em contato direto com a Polícia Federal, uma instituição predominantemente masculina. Mas ela conta que não teve problema algum com a Polícia Federal e que, ao contrário, construiu ótimo relacionamento com seus interlocutores. Em meados da década de 1990, como embaixadora em Moscou, também não enfrentou dificuldades por ser mulher. “As autoridades russas sempre me trataram com enorme cordialidade e respeito”, diz

### **Obstáculos jurídicos à ascensão da mulher**

Nos anos 1990, havia a percepção de que já era chegada a hora de uma mulher ser promovida a embaixadora, e Thereza encontrava-se entre as candidatas naturais. Em 1987, foi promovida a Ministra de Primeira Classe e trabalhou para que seu feito fosse repetido por outras colegas. Como Diretora-Geral do Instituto Rio Branco (cargo que ocupou entre 1987 e 1991) e como Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão (entre 2001 e 2005), a embaixadora sempre trabalhou para a realização de eventos e seminários que discutissem a situação da mulher em atividades profissionais e círculos de poder, em geral, e no Itamaraty, em particular. Para ela, o primeiro passo para evitar que certas injustiças continuem a ocorrer é reconhecer que o preconceito e a discriminação existem e devem ser combatidos. Em 1995, acompanhou, na IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher (Pequim), a então primeira-dama Ruth Cardoso, que chefiou

a delegação brasileira na ocasião. Thereza, no entanto, lamenta que muitas mulheres tão ou mais capazes que ela não tenham conseguido prosperar na carreira, devido aos múltiplos obstáculos que se ofereciam às mulheres.

**Maria Rosita fez uma escolha que sequer lhe passava pela cabeça naquele junho de 1959: pediu exoneração para se casar com um colega. Sua decisão foi motivada pela lei que proibia o casamento de diplomata com funcionário público – lei de 1946 que, Rosita acreditava, continuava em vigor**

Apesar de a história profissional de Thereza ter sido de sucesso, ela pode ser considerada a exceção, e não a regra, entre as mulheres que ingressaram na diplomacia em meados do século XX. Além de casos de preconceito, como os relatados pela embaixadora, muitas mulheres sofriam as consequências da proibição do casamento com outros funcionários públicos e do instituto da agregação.

Maria Rosita de Aguiar Pedroso é um desses casos. Visitei-a em sua residência, no Rio de Janeiro, onde fui calorosamente recebida por ela, seu marido, o Embaixador aposentado Luiz Villarinho Pedroso e o filho do casal, o ministro Luiz Eduardo de Aguiar Villarinho Pedroso. Conversamos durante uma tarde inteira, na sala de seu apartamento na praia de São Conrado.

## **“Quando voltei pro Ministério, mais de dez anos depois, meus colegas de turma já eram todos conselheiros, ministros”, afirma Rosita. “Alguns funcionários ficavam até sem graça de me chamarem de secretária”, lembra, com um sorriso no rosto**

Maria Rosita fez uma escolha que sequer lhe passava pela cabeça naquele junho de 1959: pediu exoneração para se casar com um colega. Sua decisão foi motivada pela lei que proibia o casamento de diplomata com funcionário público – lei de 1946 que, Rosita acreditava, continuava em vigor.

Anos depois, quando o casal vivia em Lima, Rosita descobriu que tal lei já não existia. Fora modificada em 1961, pelo então presidente Jânio Quadros, pouco antes do casamento. O casal conta que ficou sabendo dessa mudança porque um amigo diplomata, o futuro embaixador Gilberto Velloso, havia se casado com uma professora primária que, apesar de ser funcionária pública, não precisou pedir exoneração. Quando soube da revogação da lei, Rosita iniciou sua saga para ser reincorporada ao Serviço Exterior Brasileiro. Naquele momento, duas opções se apresentavam: a reintegração e a readmissão, sendo a primeira muito mais complexa que a segunda, já que envolvia o recebimento de todos os benefícios que a diplomata havia deixado de receber durante os anos em que ficou afastada. A readmissão, por outro lado, era um processo mais simples e, por ser um procedimento me-

ramente administrativo, dependia apenas da assinatura do Ministro das Relações Exteriores.

Durante a entrevista, o casal mostrou-se um pouco ressentido com a Administração do Ministério da época, que “deveria estar sabendo da mudança da lei e ter nos alertado”, evitando assim que Rosita ficasse tanto tempo fora dos quadros do Itamaraty. “Quando voltei pro Ministério, mais de dez anos depois, meus colegas de turma já eram todos conselheiros, ministros”, afirma Rosita. “Alguns funcionários ficavam até sem graça de me chamarem de secretária”, lembra, com um sorriso no rosto.

Mesmo após sua readmissão, Rosita continuou sendo prejudicada pelas leis da época, que, em casos de remoção, obrigavam um dos cônjuges à “agregação”, ou seja, “afastamento do exercício do cargo”, neste caso, “para acompanhar o cônjuge, funcionário da Carreira de Diplomata, removido para posto no exterior ou que já se encontra servindo no exterior”. Esse período não contava como tempo de serviço e, por isso, a carreira do cônjuge que decidia pela agregação era atrasada. Evidentemente, as normas não diziam que a mulher deveria ser o cônjuge a agregar, mas, na prática, era muito mais comum que elas abrissem mão de suas carreiras para acompanhar os maridos. Assim aconteceu com Rosita e com muitas outras, prejudicando a trajetória de várias mulheres competentes que não conseguiram trilhar o mesmo caminho de Thereza, que, nas palavras do embaixador Luiz Villarinho Pedroso, “foi a melhor embaixadora que o Brasil teve no século passado”.

## **Nosso “fardão” atual**

Os obstáculos jurídicos que diminuían a presença feminina no Itamaraty foram todos derrubados ao longo do século XX. A partir de 1954, o concurso à carreira voltou a admitir o ingresso de mulheres. Alguns anos mais

**Os obstáculos legais que diminuía a presença feminina no Itamaraty foram todos derrubados ao longo do século XX. Apesar de tudo isso, a discrepância entre os gêneros, em termos numéricos, ainda permanece. O percentual de mulheres na carreira de diplomata continua baixo, em torno de 20%**

tarde, a proibição de casamento entre diplomatas e servidores públicos deixa de existir, assim como a obrigatoriedade da agregação para acompanhar cônjuge em missões no exterior. No início do século XXI, acompanhando política informal de valorização da mulher na diplomacia, muitas diplomatas foram promovidas às classes superiores da carreira e hoje



**Luiz Villarinho Pedroso e Maria Rosita**



**Thereza Quintella**

ocupam lugar de destaque nos quadros do Itamaraty, tanto na Secretaria de Estado quanto em postos no exterior. Apesar de tudo isso, a discrepância entre os gêneros, em termos numéricos, ainda permanece. O percentual de mulheres na carreira de diplomata continua baixo, em torno de 20%, índice que se mantém mais ou menos inalterado nas diversas classes da carreira.

A questão de gênero sempre esteve muito presente na turma 2011-2013 do Instituto Rio Branco. Somos apenas três mulheres, em um universo de 26 alunos e representamos, assim, um pouco mais de 10% do total. Essa cifra pode ser considerada um recuo, visto que, nos últimos anos, entre um quarto e um quinto dos aprovados no concurso eram mulheres. Felizmente, nossa turma parece ter sido um ponto fora da curva. A turma 2012-2014 tem nove mulheres, em um total de 30 alunos.

Não raras foram as vezes que palestrantes e professores nos indagaram sobre a quantidade de mulheres na turma. E, após nossa resposta, a reação costumava ser a mesma: olhos esbugalhados e desconforto, geralmen-

As quatro estudantes no Itamarati, confiantes no futuro e na sua carreira, jovens alegres e de sorriso satisfeito, num dos corredores do tradicional "Rio Branco", continuadoras da tradição do grande estadista brasileiro.



nomeada para um país de língua inglesa. A razão, diplomaticamente não deu. Tem um cunhado que também segue a carreira diplomática, mas, diz ela, não a influenciou para que seguisse o mesmo caminho.

Anunciata, é carioca mesmo e fez a Faculdade de Direito na Universidade do Rio de Janeiro. Quando teve de escolher carreira, nem duvidou: inscreveu-se no Itamarati. Anunciata Padula é a única das moças que não recebe bolsa de estudos do Itamarati (Cr\$ 6.000,00 ao mês). Seu sonho é ir um dia representar o Brasil em Nova York. No primeiro ano, ambas são cariocas: Maria Rosita Gulliker de Aguiar e Thereza Maria Mendes Machado. Aquela, fez a Faculdade de Direito, também no Rio, e Thereza, o curso de neolatinas.

Essas quatro têm uma idéia fixa que pretendem realizar o mais breve possível: introduzir o "fardão" diplomático para as mulheres. Os homens têm seu uniforme de embaixador, mas as mulheres, não. E preciso que tenham.

Falam com entusiasmo de sua nova carreira, cheia de sonhos, de planos, e lembram alegres os exames de admissão ao curso.

— Sabe, no exame psicológico, me perguntaram por que eu ainda não me tinha casado! dizia uma delas.

— E o que foi que você respondeu?

— Porque não havia ainda encontrado o homem ideal.

Elas temem o exame psicológico, onde as perguntas são todas capciosas, revelando o íntimo da pessoa.

A outra, foi perguntado o que achava de um filme, e ela safou-se direitinho:

— Nada, porque não o assisti!

nomeada para um país de língua inglesa. A razão, diplomaticamente não deu. Tem um cunhado que também segue a carreira diplomática, mas, diz ela, não a influenciou para que seguisse o mesmo caminho.

Anunciata, é carioca mesmo e fez a Faculdade de Direito na Universidade do Rio de Janeiro. Quando teve de escolher carreira, nem duvidou: inscreveu-se no Itamarati. Anunciata Padula é a única das moças que não recebe bolsa de estudos do Itamarati (Cr\$ 6.000,00 ao mês). Seu sonho é ir um dia representar o Brasil em Nova York. No primeiro ano, ambas são cariocas: Maria Rosita Gulliker de Aguiar e Thereza Maria Mendes Machado. Aquela, fez a Faculdade de Direito, também no Rio, e Thereza, o curso de neolatinas.

Essas quatro têm uma idéia fixa que pretendem realizar o mais breve possível: introduzir o "fardão" diplomático para as mulheres. Os homens têm seu uniforme de embaixador, mas as mulheres, não. E preciso que tenham.

Falam com entusiasmo de sua nova carreira, cheia de sonhos, de planos, e lembram alegres os exames de admissão ao curso.

— Sabe, no exame psicológico, me perguntaram por que eu ainda não me tinha casado! dizia uma delas.

— E o que foi que você respondeu?

— Porque não havia ainda encontrado o homem ideal.

Elas temem o exame psicológico, onde as perguntas são todas capciosas, revelando o íntimo da pessoa.

A outra, foi perguntado o que achava de um filme, e ela safou-se direitinho:

— Nada, porque não o assisti!

te acompanhados de algum comentário de pesar. Antes de entrar na carreira diplomática, eu nunca havia pensado que poderia haver uma sub-representação feminina no Ministério. Lembro-me bem da primeira vez que tive a chance de refletir sobre isso. Em maio de 2012, uma jornalista de O Globo entrou em contato comigo para uma rápida entrevista sobre como era ser mulher em uma carreira considerada tipicamente masculina. A matéria intitulada "Invasão feminina nas carreiras públicas" identifica, além da diplomacia, as áreas fiscal, de segurança pública e a jurídica como tradicionalmente masculinas.

Muitas são as possíveis explicações para a baixa proporção de mulheres em nossa carreira, como aponta o já mencionado livro de Viviane Rios Balbino. Entre elas, está exatamente a imagem masculina da carreira, corroborada pela mídia. Além disso, as características peculiares da profissão poderiam engendrar difi-

culdades para a convivência com o cônjuge e para a criação dos filhos, o que a autora chama de "mito da impossibilidade de constituição de uma família". A relativa menor obstinação das mulheres, quando comparada à dos homens, em serem aprovadas no concurso, também é analisada nesse livro como uma possível razão para a sub-representação feminina.

Sejam quais forem os motivos atuais da baixa presença de mulheres no Itamaraty, certamente, hoje, eles são menos numerosos e menos impeditivos do que há 50 anos - o que deve ser motivo de orgulho para o Ministério e para a sociedade brasileira. Ainda assim, e apesar dos avanços, podemos pensar que o gradativo aumento da participação feminina no Itamaraty deve ser ideia fixa e objetivo de toda a instituição - deixando para trás, definitivamente, os tempos em que diplomatas mulheres eram uma curiosidade vista com complacência e paternalismo. ■